

SAÚDE MENTAL DO PROFESSOR E A NECESSIDADE DE ESTRATÉGIAS POR MEIO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Karen Stefanny Crisostomo Ramos ¹

RESUMO

Analisando o contexto da educação básica no Brasil, sabe-se que há uma constante precarização do trabalho do professor, que diariamente se depara com realidades as quais não obteve suporte em sua formação acadêmica, como por exemplo, aspectos emocionais e comportamentais de seus alunos. Tais aspectos evocam a urgência em ampliar as discussões e planejamentos acerca das reais necessidades por meio das quais os professores precisam receber suporte, seja em caráter de formação, seja em caráter de acolhimento emocional. O presente artigo traz como objetivo discutir a importância do suporte emocional aos docentes da Educação Básica no Brasil, através da compreensão de formação continuada. A fim de obter dados condizentes com a realidade, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, baseando-se também nas experiências da autora enquanto profissional que atua com professores da Educação Básica há mais de uma década, através da Psicologia Escolar. O alto índice de adoecimento dos professores, tanto físico quanto mental, convida-nos a direcionar nossa atenção para repensar as formas de atuação na formação de professores. Repensar as práticas requer enxergar as demandas dos professores para além de lacunas teórico-práticas, mas também abrir espaço para a prevenção de adoecimentos e a promoção de saúde no espaço escolar. As dificuldades enfrentadas pelos professores não podem ficar à cargo apenas deles mesmos, mas sim de toda uma estrutura que deve ser pensada para que a Educação de qualidade realmente funcione. Frente a essa realidade, a Psicologia Escolar está à serviço das propostas de cuidado ao professor, à medida que traz ferramentas de suporte principalmente no que se refere à formação continuada. Pensar em uma formação que busque ouvir os professores, bem como, capacitá-los para que ampliem suas formas de enfrentamento à realidade escolar, é de ordem básica para uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Professores; Saúde Mental; Formação de Professores; Psicologia Escolar.

INTRODUÇÃO

Analisar as demandas presentes no cotidiano escolar demandam um olhar crítico para a construção da Educação no país. Compreender políticas que regem as práticas, é fundamental para ampliar as discussões sobre as lacunas ainda presentes no cenário da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9 394, de 1996 (Brasil, 1996), apresenta pontos importantes sobre as formas por meio das quais as instituições escolares precisariam preparar o ambiente educacional.

¹ Psicóloga, Especialista em Psicologia Educacional e do Desenvolvimento (UNIFOR), Especialista em Psicomotricidade (UNIFOR), Docente da Graduação em Psicologia no Centro Universitário Fаметro - UNIFAMETRO, karenrisostomo19@gmail.com

Dentre essas propostas de organização segundo a LDB (Brasil, 1996), principalmente no cenário da Educação Básica, há direcionamentos para o lugar dos professores. Acerca disso, a lei apresenta aspectos sobre necessidade de que os professores estejam “habilitados” para trabalhar com os segmentos de ensino ao qual serão contratados, assim como exige que as instituições de ensino capacitem esses profissionais ao longo do ano letivo. Essa capacitação precisa existir mediante a formação continuada.

Cericato (2016, p.282), ao explorar a dimensão da trajetória histórica na profissionalização docente, afirma que as formações continuadas ainda seguem, em geral, sendo ofertadas de maneira desarticulada com a realidade dos professores “[...] distanciados das problemáticas que emergem na sala de aula”. Ainda de acordo com a autora, a formação continuada precisa estar inserida em uma dimensão:

[...] que seja capaz de recriar uma escola de qualidade respondente aos desafios contemporâneos emergidos da sala de aula e que propicie a ressignificação do valor e da importância da docência por educadores e sociedade (p.283).

Frente a essa realidade, somando-se às vivências da autora como profissional da Educação Básica, atuando como Psicóloga Escolar, é possível identificar que na rotina do ambiente escolar há diversas demandas que são deslocadas para os professores. Acerca dessas demandas, percebe-se que, ainda que haja critérios de lei que apontam para a necessidade de capacitação e formação continuada acerca de temas pedagógicos, acaba não sendo apenas esse o ponto de maior necessidade de suporte.

Para além das características do trabalho pedagógico e de ensino ao qual os professores são demandados a resolver, outras necessidades de suporte diante das formações continuadas se referem aos processos de adoecimento, principalmente adoecimento psicológico. Inserido nesse contexto de urgências impostas ao fazer docente, Esteves (1990, *apud* Araújo; Pinho; Masson, 2019), fala sobre o “mal-estar docente”, como um fenômeno que reflete características que vão para além do funcionamento da escola, como por exemplo:

[...] a desvalorização, associada ao contínuo incremento de exigências profissionais, violência e indisciplina, que produzem, por sua vez, uma crise de identidade: o/a professor/a questiona-se sobre a sua escolha profissional e o sentido da sua profissão (p.5).

Antes de receber um diploma de graduação na área que o(a) habilitaria tecnicamente a ser professor(a), essa pessoa já estava inserida em contextos de saberes, conforme sinaliza Tardif (2005). Se relacionar consigo, com seus alunos, colegas de

trabalho, famílias dos alunos, demanda muito mais do que tão somente (não que seja pouca coisa) competências técnicas. O autor afirma que antes do professor assumir essa função, vem desenvolvendo saberes advindos da família, da própria experiência como estudante da Educação Básica, da formação profissional, dos livros didáticos e da sua experiência singular enquanto docente (Tardif, 2005, p.63).

Isso aponta para a necessidade, e até mesmo obrigação, de que identifiquemos que os níveis de adoecimento desse professor referem-se a toda essa conjuntura em conexão. Penteado e Souza Neto (2019) corroboram com essa problemática ao sinalizar, citando outros autores (Bicudo Pereira et al., 2003; Fantini; Ferreira; Trenche, 2011), que as escolas oferecem diversos projetos e ações voltados para os alunos, nos quais os professores são os mediadores e não protagonistas. No artigo, são apresentados questionamentos pertinentes a essa dimensão de adoecimento dos professores, como por exemplo: “O processo de saúde-doença-cuidado de professores pode, também, comportar uma dimensão de narrativa da docência? (Penteado; Souza Neto, 2019, p.147)

Dados de uma pesquisa desenvolvida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE (Vieira, 2017), na qual foram entrevistados 762 educadores da Educação Básica, e foram encontrados dados sobre a saúde desses profissionais, refletem dados alarmantes da necessidade de suporte. Foi encontrado nas respostas sobre “sintomas de mal-estar e/ou adoecimento” sintomas como ansiedade (338 mulheres, 193 homens), cansaço e fadiga (318 mulheres, 173 homens), problemas na voz (315 mulheres, 165 homens).

O alto índice de adoecimento, tanto físico quanto mental, dos professores, nos convida a direcionar nossa atenção para repensar as formas de atuação na formação de professores. Repensar as práticas requer enxergar as demandas dos professores para além de lacunas teórico-práticas, mas também abrir espaço para a prevenção de adoecimentos e a promoção de saúde no espaço escolar.

Ao cuidar da saúde mental do professor na Educação Básica, poderemos convidá-lo a desenvolver práticas responsáveis, e não ser apenas responsabilizado por ações que não dizem respeito apenas a ele. Rabelo *et.al* (2015, p.145) afirmam que a educação precisa ser entendida “[...] como assunto público e deve, portanto, envolver todos os seus atores, convocando sua participação responsável.”

Silva (2023) analisa os desdobramentos na Saúde Mental de professores, apontando para um “processo de desgaste mental” (p.246), resultando em transtornos

mentais e patologias psicossomáticas. Em um ambiente de constantes cobranças, o professor vai se afastando de se perceber, e acaba reagindo de maneira a desenvolver um “embotamento afetivo” (p.248), como forma de se defender emocionalmente de tudo isso que o afeta. Dentre exemplos de sofrimentos psíquicos vivenciados por docentes, segundo a autora, estão: depressão, burnout, sintomas e episódios depressivos, Transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e presenteísmo.

Frente a isso, precisamos pensar: quais impactos o lugar de sentir do professor irá repercutir nas relações estabelecidas com seus alunos? Se pudéssemos responder de forma direta, poderíamos pensar em diversos impactos possíveis, dentre eles, uma maior barreira entre os processos de ensinar e aprender.

Aproximando-se das reflexões sobre esse lugar de perceber os sentimentos na prática docente, podemos utilizar como referencial de estudos a teoria de Henri Wallon. O teórico desenvolveu uma ampla teoria que contribui até hoje para compreender a importância, e lugar central das emoções na interação entre professor e aluno. De acordo com Paula *et.al.* (2020), a teoria walloniana é entendida como a Psicogênese da pessoa completa, o que se refere à forma como o teórico compreendia que todos nós temos a interação constante entre os domínios afetivos, cognitivos e motores.

Dessa forma, a teoria walloniana vale não só para analisarmos o desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas também nos ajudará a compreender os aspectos que se relacionam à prática docente. Pensar nesse ser humano completo, vai desde visualizar quando o professor está diante de seu fazer profissional em sala de aula, o qual vai desde a preparação, até a forma como apresenta o conteúdo anteriormente preparado, somando-se aos critérios de avaliação desse conteúdo.

Diante do exposto acima, o presente artigo traz como objetivo discutir a importância do suporte emocional aos docentes da Educação Básica no Brasil, através da compreensão de formação continuada. A fim de obter dados condizentes com a realidade, será utilizada a pesquisa bibliográfica, baseando-se também nas experiências da autora enquanto profissional que atua com professores da Educação Básica há mais de uma década, através da Psicologia Escolar.

METODOLOGIA

A fim de obter dados condizentes com a realidade, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, baseando-se também nas experiências da autora enquanto profissional que

atua com professores da Educação Básica há mais de uma década, através da Psicologia Escolar.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica auxilia com que o pesquisador possa obter diversos dados sobre o problema de pesquisa, sendo também possível dialogar diante de dados contemporâneos.

Como forma de acessar os materiais já publicados sobre o objetivo geral da pesquisa, escolheu-se a base de dados Scielo, tendo em vista que as temáticas nela disponíveis apresentam dados sobre os descritores “professores and saúde mental”.

Ao aplicar o filtro dos critérios de inclusão, os quais se referiam a artigos publicados no Brasil; em língua portuguesa; no recorte temporal de 2018 a 2024; e que tivessem em seu resumo a temática pesquisada; foram encontrados 43 artigos, sendo assim filtrados 6 artigos para leitura na íntegra e análise no tópico Resultados e Discussão.

Como forma de realizar as discussões, mediante os dados apresentados nos artigos escolhidos para análise, também utilizou-se o relato de experiência da autora, partindo das discussões presentes na prática da Psicologia Escolar. Esse recurso metodológico servirá para conectar os dados sobre saúde mental dos professores e a urgência em abrir espaço para a formação continuada nesse cenário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo dos artigos científicos encontrados na pesquisa bibliográfica realizada, foi organizada a tabela abaixo, com vista a facilitar a análise dos dados:

Nº	AUTORES	TÍTULO	REVISTA/ANO
1	TOSTES, Maria Vaz; et.al.	Sofrimento mental de professores do ensino público	Saúde Debate- Rio de Janeiro, 2018
2	SANTOS, Edíalida Costa; ESPINOSA, Mariano Martínez; MARCON, Samira Reschetti	Qualidade de vida, saúde e trabalho de professores do Ensino Fundamental	Acta Paul Enferm, 2020
3	RIBEIRO, B.M.; et.al.	Associação entre a síndrome de burnout e a violência ocupacional em professores	Acta Paul Enferm, 2022
4	SIMÕES, Elaine Cristina; CARDOSO; Maria Regina Alves.	Violência contra professores da rede pública e esgotamento profissional.	Ciência & Saúde Coletiva, 2022
5	SILVA, Jerto Cardoso; et.al.	Saúde mental, adoecimento e trabalho docente	Psicologia Escolar e Educação, 2023

6	CUNHA, Saulo Daniel Mendes; et.al.	Vivências, condições de trabalho e processo saúde-doença: retratos da realidade docente	EDUR - Educação em Revista, 2024
---	------------------------------------	---	----------------------------------

Fonte: elaborado pela autora.

Todos os artigos analisados trazem resultados sobre o índice de adoecimento entre professores de escolas públicas brasileiras, com coletas de dados desde 2014 a 2019, e as discussões realizadas entre 2018 a 2024 (datas de publicações). As escolas públicas pesquisadas também têm a características de serem de regiões Sudeste (Minas Gerais - artigo Nº 6; São Paulo - artigo Nº 4), Sul (Paraná - artigo Nº 1 e Nº3, e Rio Grande do Sul - artigo Nº 5) e Centro-Oeste (Mato Grosso - artigo Nº 2), não tendo assim sido analisado nenhum artigo publicado nas regiões Norte e Nordeste.

O público com o qual os professores pesquisados atuavam eram com Ensino Fundamental (escolas municipais) e Ensino Médio (escolas estaduais), apontando assim para índices de adoecimento físico e psíquico a partir das vivências nesse campo. De acordo com o artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996), a Educação Básica tem como objetivos “[...] desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Os pré-requisitos da Educação Básica recaem sobre a figura do professor, ao passo que a sobrecarga de exigências apontam para as consequências nocivas na rotina dos professores brasileiros, assim como descritos nos resultados principais dos artigos aqui analisados. Dito isso, a seguir serão desenvolvidas discussões baseadas nos achados das pesquisas, conectando às reflexões realizadas por autores da Educação, assim como pelas experiências como Psicóloga Escolar vivenciadas pela autora deste artigo.

O ADOECIMENTO EMINENTE: URGÊNCIA DE CUIDADOS

Analisar a saúde mental de professores brasileiros é uma urgência que demanda tanto das áreas da saúde, quanto da área de Educação implicação teórico-prática. Aqui foram encontradas duas pesquisas da área de Enfermagem (artigos Nº 2 e 3), as quais demonstram resultados de urgência de cuidados com o adoecimento docente. A conexão entre saúde e educação precisa se fazer presente, pois, segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p.414), “as escolas são, pois, ambientes formativos, o que significa que as práticas de organização e gestão educam, isto é, podem criar ou modificar os modos de pensar e agir das pessoas”.

O artigo Nº 1 (Tostes et.al, 2018) discute alguns resultados da pesquisa realizada com 1201 professores da rede estadual no Estado do Paraná, entre 2014 e 2015, através de questionários. Os questionários aplicados tinham foco em avaliar dados como ansiedade, depressão e Distúrbios Psíquicos Menores (DPM).

Nessa pesquisa, o adoecimento mental mais sinalizado pelos professores foi referente a sintomas de depressão, ansiedade e estresse (29%). Por meio do Inventário de Depressão de Beck, 18,98% apresentaram depressão moderada ou grave. A grande parte desses professores com maiores índices de adoecimento tinham como característica serem responsáveis por várias 21 ou mais turmas (Tostes et.l, p.93).

A dimensão de saúde e adoecimento, apresentada no artigo Nº 2 foi desenvolvida pela área de Enfermagem (Santos; Espinoza; Marcon, 2020). Os autores apresentam uma pesquisa realizada com professores do Ensino Fundamental, na rede pública de Cuiabá, por meio da qual foram analisados os dados de 326 professores, acerca da Qualidade de Vida (QV).

Nesse artigo, os domínios de QV são descritos como “físico, psicológico, social e ambiental” (Fleck, org., 2008; apud Santos; Marcon, 2020, p.6). Dentre os resultados encontrados estão os Transtornos Mentais Comuns (TMC), que influenciam nesses aspectos de QV. Sintomas como depressão e ansiedade entre professores apontam para a necessidade de identificar e promover saúde para os professores (Santos; Espinoza; Marcon, 2020).

Partindo desse achado, o artigo Nº 2 também cita o artigo Nº 1 (Tostes et.al., 2018), afirmando que “no Brasil, entre professores paranaenses que atuavam no ensino público, a presença de sofrimento mental foi expressiva, sendo encontrados 44% de depressão, 70% de ansiedade e 75% de distúrbios psíquicos menores” (Tostes et.al., apud Santos; Espinoza; Marcon, 2020, p.7).

O artigo Nº 2 cita Lucchese et.al. (2014) no que se refere a atuação diante desses dados de adoecimento mental, como por exemplo, uma “[...] melhor organização dos serviços de saúde tanto para a identificação precoce, quanto para o desenvolvimento de ações de promoção à saúde mental” (Tostes et.al., 2018, p.7). Porém, para além de pensar apenas no encaminhamento para órgãos de saúde, ou até mesmo depender de ações destes espaços externos ao ambiente escolar, faz-se necessário repensar as práticas de suporte dentro da escola, e até mesmo se perguntar se essas práticas de suporte existem.

Direcionar as ações de prevenção ao adoecimento ou promoção de saúde para fora da escola, seria reforçar a dimensão de que dentro da escola só devemos nos importar com a saúde dos alunos. Ao passo que essas discussões se ampliam, teremos ainda mais dados para comprovar a urgência de profissionais da Psicologia dentro da escola.

A VIOLÊNCIA IMPOSTA AO PROFESSOR

Dos 6 artigos analisados, 4 artigos (Nº 3, 4, 5 e 6) abordam os impactos de vivências permeadas de violência no ambiente escolar. Desde violências físicas e verbais (artigos Nº 3, 4 e 5), até violências simbólicas (artigos Nº 5 e 6).

Acerca da violência física e verbal, no artigo Nº 3 (Ribeiro et.al., 2022) apresenta que 71,5% dos professores pesquisados sofrem violências verbais. Outro dado que chama atenção é que 57,5% apresentaram “alta exaustão emocional” (p.5). Os autores discutem os desdobramentos dessas vivências constantes de violências verbais, apontando para um adoecimento psíquico presente, de modo que:

A violência sofrida pode provocar efeitos na saúde física e mental deles, além de tornar o ambiente de trabalho dificultoso e intolerável, influenciando para que se sintam ameaçados ao ministrar aulas, desgastando-se nos aspectos físicos, emocionais e cognitivos” (Brasil, Legnani, Vieira; 2015, apud, Ribeiro et.al, 2022, p.5 e 6)

O artigo Nº 4 (Simoes; Cardoso, 2022) são apresentados dados de “esgotamento profissional”, contendo indícios de risco para o Burnout, e dentre os professores entrevistados 50,5% afirmou ter sofrido violência física e verbal (p. 1043). Outro dado encontrado foi que professores com menos tempo de prática profissional apresentavam um maior índice de desgaste profissional. Dentre as discussões realizadas sobre os desdobramentos da violência direcionadas aos professores, as autoras pontuam que nem todas as vítimas buscam suporte, evidenciando como se a “[...] violência (que sofreram) e cuja ocorrência no meio escolar parece naturalizada”.

Os dois artigos supracitados evidenciam a discussão da necessidade de intervenções voltadas para o cuidado com os professores. Estarem expostos a essas condições de trabalho, em que se sentem vulneráveis e sem suporte técnico e emocional, potencializa o adoecimento docente. Preocupar-se com a violência vivida pelos alunos, e prevenir para não acontecer é dever de todos os educadores, mas quem cuida dos impactos das violências (principalmente verbais) sofridas pelos professores?

Atuar com vista a promover saúde na escola é estar atento às práticas cotidianas de micro-violências, como a violência verbal, que muitas vezes estão invisibilizadas

pelos próprios professores. Por exemplo, o que faz as pessoas serem permitidas a desferir palavras e gestos ofensivos aos professores e ninguém acolher o professor? Raras são as vezes em que educadores param para pensar sobre isso, sobre a importância de serem ouvidos, principalmente por serem tomados pela rotina, que nunca irá deixar de ser intensa.

Portanto, aprender a entender que existem violências simbólicas que constituem o ambiente escolar, nos direcionará para a obrigação de (re)pensar as práticas de suporte aos professores. Bourdieu e Passeron (1992) explicam que não é aleatória essa forma de lidar com as micro-violências, principalmente quando as consequências não estão impostas, como se fosse em um hematoma como sequela de uma violência física. Essas violências simbólicas fortalecem os discursos de precarização, sem que suas vítimas (no caso aqui, os professores) identifiquem a quem e por quê recorrer.

Acerca das violências simbólicas, no artigo N° 5 (Silva et.al., 2023), ainda que os professores pesquisados apontam para identificação e mobilização em sua profissão, reafirmando o que os fazem dar continuidade a essa área de atuação, citam que não há um reconhecimento e valorização condizente com o trabalho ofertado. Os autores pontuam que o fato de cerca de 65,9% dos professores pesquisados se sentirem sobrecarregados contribui para o surgimento de “[...] sintomas como ansiedade, angústia, cansaço e irritabilidade excessivos, relacionados ao estresse no ambiente de trabalho [...]” (Junior; Lipp, 2008, apud Silva et.al., 2023, p.5).

Seguindo essa discussão acerca da precarização do trabalho docente, o artigo N° 6 (Cunha et.al., 2024) apresenta dados de entrevistas com professores da rede pública de Montes Claros-MG, por meio das quais apareceram falas sobre o sentimento de frustração com as características de trabalho ofertadas pelo Estado. Os autores citam que um dos fatores que contribuem para essa precarização se refere a “[...] ausência de apoio à treinamentos e qualificação docente, e com a valorização do saber da experiência em detrimento do saber pedagógico” (p.9).

Estar de frente, diariamente, com problemas pessoais e profissionais faz parte de todas as pessoas da classe trabalhadora. Porém, uma área profissional que atua com pessoas em desenvolvimento, como é a docência, requer um cuidado para além do saber técnico, ou apenas da experiência subjetiva. A educação não pode se desenrolar embasada na intuição, e portanto, professores que são assistidos em suas rotinas conseguirão unir forçar até mesmo para cuidar de assuntos do interesse de todos, como por exemplo, reformulação de políticas públicas.

Como forma de ouvir os professores, abrindo espaço para uma formação continuada que priorize a escuta, também é necessário levar esse assunto para gestores públicos e demais educadores, para que se torne algo padrão nas práticas educativas, e não exceção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há alguns anos vêm se desenvolvendo pesquisas sobre o alto índice de adoecimento físico e mental de professores, principalmente com dados acerca da educação básica pública. Mesmo com uma maior amplitude de pesquisas evidenciadas nas últimas décadas, ainda não são vistas tantas mobilizações de ações que indiquem um cuidado real com os professores.

Os índices de afastamento de professores por burnout, ou por outros Transtornos Mentais seguem aumentando, e, de maneira geral, as escolas vão seguindo seu fluxo como se nada estivesse acontecendo. Mesmo com uma lei que exige a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas (lei Nº 13.935/19), a realidade ainda continua sem a efetivação de maneira ampla da atuação de promoção de saúde para todos os membros da comunidade escolar.

A saúde é um direito constitucional, e que deveria ser inegociável. As pesquisas aqui analisadas reforçam essa compreensão da urgência em cuidar da saúde física e mental dos professores, pois sem saúde, nenhum trabalho pode ser exercido eficazmente. Uma das formas de garantir a promoção de saúde para os professores seria por meio de práticas de cuidado nas formações continuadas, pois esta é um direito dos professores e dever das instituições. Pensar em uma aprendizagem adequada para que os alunos se desenvolvam em sociedade, e conquistem seus direitos, é se propor a cuidar dos professores, os quais sem estarem saudáveis não conseguirão promover uma educação de qualidade para tantas crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Maria; PINHO, Paloma de Sousa; MASSON, Maria Lucia Vaz. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cad. Saúde Pública**, 2019. Disponível em:< <https://www.scielo.org/pdf/csp/2019.v35suppl1/e00087318/en>> Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claud. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>

CERICATO, Itale Luciane. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Rev. bras. Estud. pedagog. (online)**, Brasília, v. 97, n. 246, p. 273-289, maio/ago. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/ZGXlGg4kzTjqx5bqcc9pshS/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

CUNHA, Saulo Daniel Mendes; et.al. VIVÊNCIAS, CONDIÇÕES DE TRABALHO E PROCESSO SAÚDE-DOENÇA: RETRATOS DA REALIDADE DOCENTE. **EDUR - Educação em Revista**, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/QxWTjKxVDCy7vPXsRWJ4HgB/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PAULA, Marlúbia Corrêa de. et.al. Contribuições de Henry Wallon: o papel da emoção na aprendizagem. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 19, n. 56, p. 181-192, agosto de 2020 ISSN 1676-8965. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/18769/2/Contribuies_de_Henry_Wallon_o_papel_da_emoo_na_aprendizagem.pdf Acesso em 05 out. 2023.

PENTEADO, Regina Zanella; SOUZA NETO, Samuel de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde e sociedade**, v. 28, p. 135-153, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2019.v28n1/135-153/pt>>

RABELO, Jackeline et.al. O PAPEL DO PROFESSOR NO ALCANCE DA EDUCAÇÃO PARA TODOS: um estudo preliminar. pp. 143-150. In: RABELO, Jackeline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes (org). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16670/1/2015_liv_jrabelo.pdf Acesso em: 05 set. 2023.

RIBEIRO; Beatriz Maria dos Santos Santiago; et.al. Associação entre a síndrome de burnout e a violência ocupacional em professores. *Acta Paul Enferm.* 2022;35:eAPE01902. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/Ts85qpLxCSj6wLLyd3YrjNM/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

SANTOS, Ediálida Costa; ESPINOSA, Mariano Martínez; MARCON, Samira Rechetti. Qualidade de vida, saúde e trabalho de professores do ensino fundamental. **Acta Paul Enferm.** 2020; eAPE20180286. Disponível

em:<<https://www.revenf.bvs.br/pdf/ape/v33/1982-0194-ape-33-eAPE20180286.pdf>>

Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

SILVA, Edith Seligmann. Saúde mental e Trabalho: O caso dos profissionais do ensino. Capítulo 12. pp. 245-263. In: LIMA, Cleiton Faria; org. **Seminários : trabalho e saúde dos professores : precarização adoecimento e caminhos a mudança** [recurso eletrônico]. São Paulo: Fundacentro, 2023. Disponível

em:<http://arquivosbiblioteca.fundacentro.gov.br/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/HR4SCAXA4Q6G9GXGF8T9NVHSVT234.pdf>

SILVA, Jerto Cardoso; et.al. SAÚDE MENTAL, ADOECIMENTO E TRABALHO DOCENTE. **Psicologia Escolar e Educacional.** 2023, v. 27. Disponível em:<

<https://www.scielo.br/j/pee/a/pnKjTfs7s9VrzJGMhTsMPSG/?format=pdf&lang=pt>>

Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

SIMÕES, Elaine Cristina; CARDOSO; Maria Regina Alves. Violência contra professores da rede pública e esgotamento profissional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(3):1039-1048, 2022. Disponível

em:<<https://www.scielo.br/j/csc/a/cWCZJ3PqDpJjPLC5DsNwZSJ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TOSTES, Maria Vaz; et.al. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde Debate**- Rio de Janeiro, V. 42, N. 116, P. 87-99, JAN-MAR 2018. Disponível

em:<<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

VIEIRA, Juçara Dutra. **Pesquisa sobre saúde e condições de trabalho dos(as) profissionais da Educação Básica Pública.** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. Brasília: 2017. Disponível em:

https://www.cnte.org.br/images/stories/2018/relatorio_pesquisa_saude_completo.pdf

Acesso em: 05 out. 2023.